



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: 26

Processo: 23502/2014

Rubrica: _____

PROCESSO nº. 23502/2014

JURISDICIONADO: Secretaria de Estado de Esporte do DF,
TERRACAP e CAESB

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Representação nº. 31/2014 – CF acerca de possíveis irregularidades em repasses numerário público ao Instituto Amigos do Vôlei - IAV. Exame de admissibilidade. Unidade Técnica manifesta-se pelo conhecimento e pela realização de diligências. Voto divergente. Pelo não conhecimento.

Versam os autos sobre representação manejada pela i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, sobre possíveis irregularidades em repasses de numerário público ao Instituto Amigos do Vôlei – IAV.

Sustenta a i. Procuradora do MPjTCDF que:

- a candidata Leila, que concorrerá nas eleições de outubro do corrente ano ao cargo de Deputada Distrital, possui íntima relação com o Instituto Amigos do Vôlei – IAV, o qual é beneficiário de milionários ajustes, para fins de prestação de serviços à população;
- a candidata utiliza-se do instituto em sua página facebook, com a inscrição entre parênteses "oficial": <https://www.facebook.com/institutoamigosdovolei>; ao lado da logo do GDF está o da Caesb;
- há fotos da candidata no site do Instituto, a saber: <http://www.amigosdovolei.org.br/>;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: 27

Processo: 23502/2014

Rubrica: _____

- vários processos¹ que tramitam nesta Casa acenam para indícios de irregularidade nos repasses destinado ao referido Instituto, mas *“NÃO visam analisar a possibilidade de o GDF realizar trespasse de recursos públicos para a referida entidade, em período eleitoral.”*.

A Unidade Técnica, mediante a Informação nº. 156/2014, manifesta-se pelo conhecimento da Representação e por diligências à TERRACAP, Secretaria de Estado de Esporte e CAESB.

É o relatório.

V O T O

Da análise dos autos, verifico que o MPjTCDF pretende que esta eg. Corte apure supostas irregularidades em repasses de numerário público ao Instituto Amigos do Vôlei – IAV.

A Unidade Técnica, por sua vez, após análise, sugere o conhecimento da representação interposta, bem como se manifesta pelo encaminhamento de cópia da representação à Secretaria de Estado de Esporte, à TERRACAP e à CAESB para manifestação acerca das irregularidades lá tratadas.

Discordo do posicionamento adotado pelo Corpo Técnico, porquanto entendo que a fiscalização pretendida foge à alçada desta eg. Corte, haja vista ser da competência da Justiça Eleitoral processamento e julgamento das condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.

Isso porque, as irregularidades trazidas pelo representante não possuem potencialidade para despertar a ação fiscalizatória desta Corte, notadamente porque serão analisadas sob a égide do Código Eleitoral.

¹34767/09, 25.370/10, 25.370/10, 16214/10, 14.402/11 e 12250/12



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: 28

Processo: 23502/2014

Rubrica: _____

A matéria envolvida nos autos trata, basicamente, da competência desta Corte em aplicar o comando do artigo 73 da Lei Federal nº. 9.504/07 (Lei Eleitoral).

A existência de meras suposições não autoriza concluir, por si só, pela prática de irregularidades que ensejem a fiscalização por parte desta Corte de Contas.

Importante frisar que o repasse gratuito de recursos públicos a entidades sem fins lucrativos no ano da eleição não fere a legislação eleitoral quando destinado a atender programa social instituído por lei publicada no exercício anterior e cuja execução orçamentária encontra-se em andamento.

O mero aumento de recursos transferidos em ano eleitoral não é suficiente para a caracterização de ilícito, porquanto o proveito eleitoral não se presume, devendo ser aferido mediante prova robusta de que o ato aparentemente irregular fora praticado com abuso ou de forma fraudulenta, de modo a favorecer a imagem e o conceito de agentes públicos e impulsionar eventuais candidaturas.

Nessa seara, entendo que esta Corte não deve exercer tal controle, notadamente porque as infrações à qualquer legislação, incluídas à Lei Eleitoral, encontram-se inseridas no escopo dos processos de prestações de contas, como é no caso dos repasses de numerário público à Instituições, de modo que esta modalidade de controle poderá afetar a área de atuação desta Corte e macular os processos de prestações de contas sujeitos à fiscalização.

Posto isso, em dissonância ao proposto pela Unidade Técnica e **VOTO** por que este egrégio Plenário:

I – não conheça da Representação manejada pelo MPjTCDF, acostada às fls. 01/03, tendo em vista que a fiscalização demandada não se enquadra nas competências desta Corte;

II - dê ciência desta decisão ao recorrente;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha: 29

Processo: 23502/2014

Rubrica: _____

III - determine o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para as providências pertinentes.

Brasília, em de de 2014.

MANOEL DE ANDRADE
Relator